

**BIANCA TAVARES RANGEL**

**MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA  
EVOLUCIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre em Psicobiologia.

**Natal**

**2007**

**BIANCA TAVARES RANGEL**

**MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA  
EVOLUCIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre em Psicobiologia.

**Orientação: Fívia de Araújo Lopes**

**NATAL**

**2007**

**Título :** Motivações para adoção: uma perspectiva da Psicologia Evolucionista

**Autor:** Bianca Tavares Rangel

**Data da Defesa:** 19 de janeiro de 2007.

**Banca examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Rosana Suemi Tokumaru  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Bernardete Cordeiro de Sousa  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof.<sup>a</sup> Fívia de Araújo Lopes  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **AGRADECIMENTOS**

Fazer um Mestrado é uma grande empreitada ou jornada, talvez uma aventura. Quero agradecer a todos que me incentivaram e acreditaram em mim, que eu podia chegar até o fim e ganhar esse título tão almejado.

Agradeço primeiramente aos meus pais que estão sempre junto comigo me apoiando em qualquer coisa que faça, sempre com carinho, respeito e principalmente confiança no meu potencial, sem eles não estaria aqui e com eles quero sempre contar e partilhar de tantos momentos bons em família. Lembro também aqui, de minhas irmãs, Laís e Clara que promoveram momentos de descontração e também respeitaram quando eu precisava de tranqüilidade para estudar.

Agradeço as minhas amigas: as MMs: Ana Cândida, Claudia, Lúcia, Thaís e Fernanda que em nossas reuniões sempre me divertiram e proporcionaram momentos sem igual de gargalhadas e amizade. Também lembro de grandes amigas Danielly, Shirley e Sabrina minhas “comparsas” que estavam comigo nesses 2 anos e proporcionaram ótimos momentos juntas de cumplicidade, amizade e diversão como na nossa viagem a João Pessoa.

Também quero ressaltar a importância de amigos como Marcelo que foi tão paciente, tão incentivador um grande amigo que reencontrei este ano, Fabyanna amiga de muitos anos e a tantos outros que de alguma forma estiveram comigo durante esse período ou antes ou depois e que eu sei que continuarão na minha lembrança como pessoas especiais.

Especial, como não poderia deixar de ser, foi minha orientadora, Fívia Lopes, uma pessoa que eu admiro como profissional e como pessoa, autêntica como ela é, que me ensinou, me “agüentou” e que me fez chegar até aqui com suas idéias, suas referências e a sua vibração com os dados!

Wallisen, o Wall, que apareceu como um anjo, sempre com um sorriso no rosto, uma organização que me ajudava nos detalhes, na interpretação dos dados e ao olhar para ele ficava tranqüila e confiante.

Leandro Nascimento que foi tão prestativo e me mostrou e me auxiliou na análise estatística dos meus dados.

Rochele que, pacientemente e de maneira solícita, me ajudou a fazer o *abstract*, quando deveria estar curtindo suas férias.

Quero também lembrar a importância da equipe técnica da 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude, Paulo, João Francisco, França - que me fazia a gentileza de ir ao arquivo buscar as caixas dos processos e que me dava força e coragem pra terminar a busca-, Francisca, Fátima, Ana Andréa – Psicóloga com quem conversei e mostrou-se bastante interessada pelo meu trabalho, Neuri, os Juizes Sérgio Roberto Maia e José Dantas que permitiram a coleta de dados nos arquivos do Fórum desembargador Miguel Seabra Fagundes.

Chegar até aqui não foi fácil, foi um caminho um pouco árduo, com leituras em inglês, experiência no campo em Nísia Floresta que me rendeu uma semana de experiências literalmente no “meio do mato” lembrando de Rodrigo meu companheiro desde os tempos da graduação em Psicologia que me acompanhou nas observações e no trabalho de campo. Minha colega Marina que veio de São Paulo e é uma pessoa calma, tranqüila, que passa sempre segurança e confiança para as pessoas que está com ela e como ela é responsável e interessada pela pesquisa, tive o prazer de conhecê-la melhor em um trabalho que fizemos em dupla. Carol, Rose, Tomaszewski que vim a conhecer melhor já no final do Mestrado mas que proporcionou muitas conversas interessantes e me acalmava e melhor me apoiava dizendo que eu ia conseguir o que quisesse. Márcio, Flávio, este último meu amigo desde o colégio e que permitiu uma maior aproximação nestes dois anos, um grande cientista!, Derlângido (agora Derlan) sempre com sua forma cativante de falar, Viviane e muitos outros que de uma forma ou de outra vão me fazer lembrar com carinho destes dois anos de curso.

E ainda o corpo docente desta Pós-graduação: Arrilton Araújo, Fátima Arruda, Emília Yamamoto, Marcio Capriglione, Fátima Campos, Fabíola Albuquerque, esta última em especial que foi da minha banca na Qualificação e fez ótimas contribuições para minha dissertação.

## RESUMO

O investimento que os pais direcionam à prole aumenta a sua taxa de sobrevivência ao mesmo tempo em que diminui as chances dos pais de investir em futuras proles. Em geral, o investimento é direcionado à própria descendência do indivíduo, mas percebe-se que existe investimento parental mesmo quando não há ganhos em termos de aptidão, como por exemplo na adoção, em que recursos são dirigidos a não aparentados. Considerando que a adoção envolve vários fatores, foi nosso objetivo realizar um estudo com um enfoque nos futuros pais adotivos, buscando investigar os parâmetros considerados para adoção, utilizando como base teórica a Psicologia Evolucionista. Para isto, analisou-se o arquivo de pessoas cadastradas para adoção na 2ª vara da Infância e Juventude da Comarca de Natal (RN). As motivações dos requerentes à adoção puderam ser classificadas em dois grandes grupos: biológicas e sociais. Encontrou-se uma relação entre o tipo de motivação e a idade dos requerentes, sendo o motivo biológico relacionado a faixas etárias mais jovens dos requerentes e o social a faixas etárias mais velhas. Um dos fatores que permearam esta relação foi a fertilidade, sobretudo das requerentes, uma vez que a fertilidade feminina é fortemente influenciada pela idade. Também encontrou-se uma relação entre o tipo de motivo e a faixa etária da criança pretendida, em que pessoas que queriam adotar crianças com mais de 25 meses apresentavam motivos sociais e as que queriam crianças de 0 a 24 meses apresentavam motivos biológicos. As razões para adotar foram várias, mas esse fenômeno é enfatizado na sociedade como um ato de amor, e costumeiramente o adotante visto como uma pessoa solidária e bondosa. Observou-se, no entanto, que as motivações para adotar partem da própria pessoa, considerando a satisfação de necessidades pessoais, como exercer o papel materno, paterno ou ambos, ampliar a família ou ter uma companhia ou alguém de quem receba cuidados na velhice.

**Palavras-chave:** Investimento parental; adoção; Psicologia Evolucionista; motivações dos requerentes e comportamento humano.

## **ABSTRACT**

Parental investment increases the offspring's survival, though it decreases the opportunities for the parents to invest in a future progeny. In a broad sense, this investment is directed to one's own descendant, but in some cases, such as in adoption, resources are directed to non-relatives even in the absence of fitness benefits. Once there are many factors involved in adoption, this study investigated adopters' candidates, aiming to analyze aspects considered by them for adopting, based on the Evolutionary Psychology's perspective. We analyzed the judicial proceedings' files people who had been inlisted for adoption at the 2<sup>a</sup> Childhood and Adolescence Law Court, Natal-RN. The adopter's motivations were classified into biological or social reasons. A relationship between adopters' age and kind of motivation was found: requirements of young people were related to biological reasons while requirements of the old ones were related to social reasons. Fertility, mainly female requirer's fertility, underlie this relationship, considering that women fertility is strongly influenced by age. The reasons to adopt were also related to the age of the desired child, once that people who wanted children older than 25 months alleged social reasons while those that wanted younger babies alleged biological reasons. There are lots of motives to adopt a child, but the phenomenon of adoption is broadly acknowledged by society as an act of love and the adoptive parents are often regarded as kind and generous people. It was observed, instead, that the reasons to adopt comes from the adopters' themselves, related to the fulfillment of personal needs, such as increasing the family, carrying out mother/father role or having a company or someone to care form them in elderly age.

**Keywords:** Parental investment; adoption; Evolutionary Psychology; adopter's motivations and human behavior

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>x</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
Investimento parental .....	1
Investimento parental humano.....	2
A adoção na espécie humana .....	4
Adoção legal .....	6
Motivações para adoção .....	8
<b>OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>10</b>
Objetivos específicos.....	10
Hipóteses e Predições .....	10
<b>MÉTODO.....</b>	<b>11</b>
Amostra .....	11
Material.....	11
Procedimento .....	12
Categorias estabelecidas.....	12
Análise dos dados .....	16
<b>RESULTADOS.....</b>	<b>17</b>
Idade dos requerentes e motivação para adoção.....	17
Fertilidade dos requerentes e motivação para adoção.....	19
Idade pretendida da criança e motivação para adoção.....	22
<b>DISCUSSAO.....</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### TABELAS

Tabela I: Frequência de requerentes em cada uma das faixas etárias estabelecidas.....	23
Tabela II: Frequência de requerentes de acordo com a fertilidade.....	23
Tabela III: Número de processos de acordo com a idade da criança pretendida para adoção.....	24
Tabela IV: Frequência de requerentes de acordo com a escolaridade.....	24
Tabela V: Distribuição dos requerentes de acordo com a renda salarial.....	25
Tabela VI: Número de processos classificados a partir do motivo declarado para a adoção.....	26

### FIGURAS

Figura 1 – Requerentes do sexo feminino distribuídas de acordo com a faixa etária e o motivo para adoção.....	28
Figura 2 – Requerentes do sexo masculino distribuídos de acordo com a faixa etária e o motivo para adoção.....	29
Figura 3 – Número de requerentes do sexo feminino em relação à fertilidade de acordo com a motivação para a adoção.....	30
Figura 4 – Número de requerentes do sexo masculino em relação à fertilidade de acordo com a motivação para a adoção.....	31
Figura 5 - Cruzamento do número de requerentes quanto à fertilidade considerando o casal de acordo com o motivo alegado para a adoção.....	32
Figura 6 - Idade da criança pretendida para adoção de acordo com o motivo alegado para adoção.....	33

## INTRODUÇÃO

### Investimento parental

O cuidado parental pode ser definido, segundo Clutton-Brock (1991), como qualquer comportamento dos pais que aumente a aptidão (sobrevida e taxa de reprodução) de sua prole ou filhote. De acordo com Tokumaru (1998), comportamentos dos pais em relação aos filhotes de preparação de locais apropriados para postura dos ovos, produção de gametas com reservas nutritivas, cuidado aos ovos, cuidados destinados ao infante – incluindo a proteção contra predadores, regulação térmica, alimentação antes e após o nascimento – cuidados ao filhote jovem e adulto como defesa contra co-específicos e acesso a fontes de alimento, são considerados cuidados parentais.

Ainda de acordo com a autora, este cuidado pode ser dado por cada sexo (fêmea ou macho) ou por ambos, dependendo da espécie pode existir ou não, pode haver uma variação entre a prole de uma mesma mãe ou casal, ou mesmo dentre os filhotes da prole atual. A grande variabilidade está relacionada ao investimento que estes cuidados acarretam (Tokumaru, 1998).

Nos mamíferos é comum a presença da mãe próxima aos seus filhotes até que estes atinjam a idade adulta, o que sugere que a maioria, senão todas as formas de cuidado parental esteja presente nesta classe. Independente do tipo de cuidado, o importante a considerar é que ele contribui para o aumento da aptidão de um filhote uma vez que existem correlações positivas entre sua ocorrência e o aumento da sobrevivida e taxa de reprodução destes (Tokumaru, 1998).

Um termo mais amplo, o de *Investimento Parental* proposto por Trivers (1972), considera qualquer investimento dos pais em um filhote que aumente as chances de sobrevivência deste (e, portanto seu sucesso reprodutivo) e acrescenta ao conceito de cuidado parental um custo na habilidade dos pais em investir em futuras proles. Desta forma, os pais assumem um papel ativo de busca de recursos e cuidados na sua prole atual, de maneira a maximizar o número de sobreviventes, enquanto os filhotes receberiam com passividade o cuidado destinado a eles (Trivers, 1974).

No entanto, considerando a prole como assumindo uma postura ativa nesta interação pais-filhotes, percebe-se a ocorrência de um conflito: os filhotes passariam a exigir mais investimento dos pais do que aquele que estes foram selecionados para dar, de maneira que cada “lado” procura maximizar seu sucesso reprodutivo. Trata-se de um conflito de interesses em que Trivers (1974) mostrou que a expectativa de cada filhote difere, sistematicamente, daquela ideal dos pais. Bateson (1994) sugere que o conflito pais-prole é muito mais dinâmico do que se pensava anteriormente. Tal conflito pode ser entendido como uma corrida armamentista, (Kolliker & Richner, 2001) em que a interação entre os genes expressos nos filhotes e entre estes e o ambiente permitiram o desenvolvimento de mecanismos/estratégias para aumentar o cuidado e investimento dos pais em relação a eles, bem como a interação entre os genes expressos nos pais e o ambiente, co-evolutivamente, desenvolveram meios de detectar as reais necessidades de sua prole através de sinais honestos como, por exemplo, o choro dos recém-nascidos (Furlow, 1997) e não serem “explorados” pelos filhotes.

### **Investimento parental humano**

O bebê humano mesmo a termo (quando nasce após nove meses de gestação), nasce prematuro para os padrões primatas, segundo vários indicadores de desenvolvimento (Gould, 1987). Esta ocorrência representa para o recém-nascido uma condição de forte dependência em relação aos pais/cuidadores. Por outro lado, apesar de uma imaturidade geral, o bebê humano demonstra competência em outros aspectos como os de regulação social, em particular a relacionada aos cuidados e à formação de vínculos filiais e afetivos (Seidl de Moura & Ribas, 2004). Pesquisas têm confirmado que os bebês possuem capacidades perceptuais que sugerem que o vínculo afetivo teve uma grande relevância para a evolução e para o desenvolvimento dos recém-nascidos. Após 45 horas de nascimento os bebês (Field *et al.*, 1984) já são capazes de discriminar a face da mãe, rejeitando a de um estranho em detrimento da face materna. Já na primeira semana de nascidos (de Casper & Fifer, 1980) os bebês são capazes de discriminar a voz da mãe frente a outras vozes, e também demonstram preferência pelo

odor da própria mãe, quando testados com o odor de uma outra mãe que acabara de ter um filho no mesmo período (Schaal *et al.*,1980).

A evolução cultural em nossa espécie exigiu, cada vez mais, a experiência necessária para que os jovens assimilassem os usos e costumes do grupo, representando, desse modo, um outro fator importante de intensificação de dependência, com implicações para os comportamentos parentais e filiais (Bussab,1998). Darwin e estudiosos da etologia humana tinham feito alusão a motivações infantis, mas foi Bowlby (1979) o pioneiro na percepção da criança como um ser vulnerável ao mesmo tempo em que agente social, precoce, e detentor de um programa próprio de asseguramento contínuo de proteção e recurso (alimentos, água) necessários à sua sobrevivência. Além disso, segundo o mesmo teórico, todos os primatas já nasceriam programados para formar um vínculo emocional com a mãe ou outra figura de apego primário com quem o bebê se esforça por permanecer perto o tempo todo. Este modo de pensar o desenvolvimento infantil recebeu a denominação de “teoria do apego” (Bowlby, 1979).

O vínculo do apego é persistente, individualizado, emocionalmente significativo reflete a atração que um indivíduo tem pelo outro. Relaciona-se com o desejo de manter contato e proximidade. As intensas emoções estão envolvidas na formação, manutenção e quebra e retomada das relações afetivas/sociais. A permanência de um vínculo ao longo do tempo é uma fonte de prazer, e isto leva a perceber o valor da afetividade na vida dos indivíduos e serão melhor entendidas como resultantes da pressão seletiva promotora de vinculação (Bussab, 2005).

E em relação ao cuidador, o que favoreceria a expressão do comportamento materno? Em geral, alterações hormonais decorrentes da gestação e/ou parto. Já em alguns casos a variável relevante pode estar associada a experiências decorrentes dos contatos iniciais com os filhotes (Bussab, 1998). Após o parto, a permanência do bebê próximo à mãe pode ser essencial para a expressão desse comportamento. A total ausência do filho por apenas algumas horas tende a produzir declínio da resposta materna. A possibilidade de um contato com outros bebês atenua este efeito. Algumas características da prole servem para manter e atrair o interesse da mãe tais como: odor, a temperatura, vocalizações. A falta de uma experiência perinatal relevante, como por

exemplo, a cirurgia cesariana em vez do parto normal, pode fazer com que o desenvolvimento do comportamento maternal fique comprometido. Por outro lado, a estimulação adequada pode ter efeitos poderosos (Bussab, 1998). “As mães humanas aprendem a reconhecer seus próprios bebês logo nos primeiros dias após o nascimento, e ‘apaixonam-se’ por eles gradualmente. Como os bebês retribuem o favor, o apego do bebê à mãe reforça ainda mais o envolvimento dela. É por isso que quando os bebês são adotados, quanto mais cedo isso acontecer melhor” (Hrdy, 2001, pp.136).

Como seria, então, essa vinculação na adoção em que os pais adotivos só vêm a criança depois de meses e até anos depois de nascidas?

### **A adoção na espécie humana**

Antes de tudo, é importante salientar que “dar à luz não garante, *per se*, que uma mãe cuidará de todo o bebê que gerou. Uma mulher predisposta a ser mãe pode aprender a estabelecer vínculo com qualquer bebê, ao passo que uma mãe que não manifesta essa disposição não aprende sequer a amar os dela” (Hrdy, 2001, pp 136). Em sociedades como na Polinésia Francesa, África, nas Ilhas Tonga no Pacífico Sul, a adoção faz parte da tradição, como se fosse uma regra social antes do nascimento das crianças e é vista de forma natural. Nesta última, cada novo membro recebe cuidados do conjunto de parentes e quando algum indivíduo fica órfão, ele é imediatamente adotado, estando todos amparados desde os mais jovens até os mais velhos. Na Polinésia francesa, as crianças dividem seu tempo entre a família de sangue e a família adotiva e são os próprios pais biológicos que escolhem os adotivos, sendo esta uma regra presente na sociedade (Weber, 1999). Na África, existe a crença de que as crianças advêm do mundo dos ancestrais, então, elas pertenceriam não às famílias, mas à sua linhagem. Nessa cultura, o conceito de parentalidade transcende o aspecto biológico, o que permite uma circulação das crianças entre várias famílias, sem que elas percam ou tenham prejuízo na formação da identidade (Camargo, 2006).

No ambiente onde a maioria dos humanos evoluiu não havia possibilidade alguma de que o bebê de uma outra mulher substituísse acidentalmente o que era dela própria. Se uma mulher adotava uma criança para substituir o dela, as probabilidades

seriam de que o bebê adotivo fosse um parente – de longe a circunstância mais comum para adoção nas sociedades primatas humanas e não-humanas (Hrdy, 2001). O contexto em que tal comportamento teria evoluído era caracterizado pela convivência em grupos muito pequenos e fechados, de indivíduos com alto grau de parentesco (Barrett, Dunbar & Lycett, 2001). Segundo Tokumaru e Bergamim (2005, pp. 31) “a adoção por pessoas aparentadas pode ser explicada, em termos de sucesso reprodutivo, a partir do ganho de aptidão abrangente, ou seja, o investimento em uma criança aparentada propicia, para o indivíduo que fornece os cuidados, meios de propagar os genes que compartilha com ela. No entanto, não apenas pessoas aparentadas adotam crianças ou fornecem cuidados complementares aos fornecidos pelos pais. Pessoas não aparentadas também se tornam cuidadoras. Estas pessoas não obtêm aumento de seu sucesso reprodutivo ou ganho em termos de aptidão abrangente. No entanto, supõe-se que podem formar vínculos e alianças que poderão trazer ganhos futuros sob a forma de trocas recíprocas.” Tal fato pode ser o reflexo de mudanças na organização dos grupos em nossa espécie, que são hoje bem maiores e incluem indivíduos que não são aparentados, fazendo com que o comportamento de cuidar de bebês (filhotes) que não são os seus próprios apareça com maior frequência.

Esse cuidado dirigido a não-parentes pode ser também uma consequência do conjunto de características físicas dos bebês conhecido como *neotenia* (Vieira & Prado, 2004) a, em que as feições infantis como cabeça proporcionalmente grande em relação ao tamanho do corpo, olhos grandes e bochechas redondas, chamam a atenção dos adultos e “incentivam” o cuidado para com os bebês. Estas características poderiam fazer com que os adultos criassem ou cuidassem de filhos não necessariamente seus. A disponibilidade para criar seus próprios filhos e sentir-se atraído pelos pequenos poderia ter contribuído para evolução do comportamento de adoção.

A adoção parte da situação de mães e/ou pais que abandonam seus bebês na porta de outras pessoas, ou já no hospital, na hora do parto, rejeitam a criança. Se por um lado existem mães que abandonam crianças, por outro lado, existem pessoas que não podem ter filhos.

A partir da puberdade meninos e meninas passam por uma série de mudanças corporais e fisiológicas (hormonais) e atingem o estado reprodutivamente ativo, estando aptos para gerar seus filhos. No entanto, alguns indivíduos podem não apresentar as mudanças adequadas, e não se tornarem aptos à reprodução. Além disso, atingir uma condição reprodutiva ativa não significa mantê-la. Para as mulheres, o potencial máximo de fertilidade é indicado pela idade (Nesse & Williams, 1997). Davies, Blackeley e Kidd (2002) esclarecem que o climatério é um período tardio em que as gônadas começam a perder a sua responsividade às gonadotrofinas. Nas mulheres, há uma perda abrupta dessa capacidade reprodutiva, em geral aos 50 anos, e é por volta desta idade que acontece a menopausa (Workshop, 2001) e o fim do ciclo ovariano. Nos homens, há um aumento gradual nos níveis de gonadotrofinas e uma redução da capacidade reprodutiva ao longo dos anos de vida, mas, comumente, sua vida reprodutiva continua e se estende até os 80 anos de idade (Davies, Blackeley & Kidd 2002).

Apesar desses tipos de limitações as pessoas continuam a querer filhos e crianças precisam de pais. A adoção legal mostra-se como possibilidade para resolver essa questão de forma a possibilitar a aproximação destes dois extremos.

### **Adoção legal**

A palavra adoção vem do latim *adoptio*, que significa dar seu próprio nome a alguém. No Direito Romano, a adoção é considerada como um ato solene pelo qual se admite um lugar de filho a quem por natureza não o é (Liberati, 2004).

A adoção pode ser definida, segundo Reppold e Hutz (2003) como a criação de um relacionamento afiliativo que envolve aspectos jurídicos, sociais e afetivos que a diferenciam da filiação biológica. Dentre tais distinções, podem-se citar a exposição a um processo avaliativo realizado para fins de habilitação à adoção, a indeterminação temporal da “gestação” adotiva e o desconhecimento da história pregressa do adotado.

No Brasil, a adoção de crianças e adolescentes é regida segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo o processo de caráter irrevogável depois de concluído. Segundo Fu I e Matarazzo (2001), as características socioculturais do nosso

país não diferenciam a adoção legal do que o senso comum chama de “filho de criação” que seria a adoção sem o registro judicial. Esses mesmo autores sugerem que existem variações no processo de adoção: extrafamiliar e intrafamiliar. A primeira ocorre quando a criança é adotada sem laço consanguíneo com o adotante, já a segunda denominação compreende as crianças que são cuidadas por pessoas aparentadas com um dos pais biológicos do adotado.

O código civil alterou a idade mínima pra adotar (Liberati, 2006) que passou de 21 anos (ECA, art.42) para 18 anos (Código Civil, Lei 10.406, art. 1618), mas permanece a diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado, e a adoção independe do estado civil do(s) adotantes. Com o ECA, ocorre um avanço na concepção de assistência à infância brasileira, e de modo especial, à adoção, tornando-se um marco na história e na cultura da adoção no Brasil. O que ocorre é uma mudança da chamada “adoção clássica”, focada na satisfação das necessidades dos requerentes, pois a adoção só era permitida a casais com mais de 50 anos e que tivessem comprovado a infertilidade e não tivessem filhos (Pereira, 1992) para uma “adoção moderna”, em que o objetivo se fixa na criança, pretendendo confiar-lhe o direito de se desenvolver e ter educação no seio de uma família (Camargo, 2006).

A adoção é um tema bastante delicado e ainda sofre muitos preconceitos sendo considerado um processo longo e que muitos desistem no decorrer do processo, mas é possível dizer que, atualmente, esse processo dura cerca de três a quatro meses na prática, segundo o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Natal (S. R. N. Maia, comunicação pessoal, 22 de maio de 2006), e que esse tempo é natural para que os futuros pais se preparem para a chegada de um filho, como acontece com a gestação que se espera 9 meses e se constrói uma “imagem” deste bebê que vai chegar. A espera, então, é um momento para se preparar para serem pais e para receber este novo ser que causará muitas mudanças na vida do casal ou da pessoa que deseja adotar. Pensando nisso, a adoção legal envolve um cuidado maior para que os requerentes e adotados tenham uma melhor convivência no futuro. Por essa razão durante o processo são realizadas além de entrevistas, estudos sócio-demográficos e avaliações psicológicas para tentar selecionar os melhores pais para crianças que já tem um histórico de abandono anterior pelos pais biológicos.

## **Motivações para Adoção**

Alguns pesquisadores como Ebrahim (2001) compreendem a adoção como um ato altruísta, ou seja, o indivíduo que adota estaria visando o bem do outro, no caso, uma criança abandonada.

O trabalho de Weber (1996) mostra que entre as motivações para a maioria dos pais adotivos estava um interesse pessoal de satisfazer o desejo de ser pai/mãe, e aparecem outras motivações como a necessidade de preencher a solidão, proporcionar companhia a um filho único, escolher o sexo do seu próximo filho, substituir um filho biológico falecido, e outros. Aprofundando um pouco sua investigação, a mesma autora (Weber, 1998; 1999) aponta como a principal motivação para adotar uma criança, no caso de adoções nacionais e internacionais, a incapacidade dos pais adotantes de ter filhos biológicos, ou seja, por infertilidade ou esterilidade. Ainda, para os estrangeiros que adotam, aparece também como motivo relevante (14,45%) a alta probabilidade de uma gravidez de risco para a mãe ou criança (idade avançada, último filho biológico com problemas ou receio de filhos com deficiências) (Weber, 1999).

A pesquisa de Caselatto (1998, citado por Camargo, 2006) confirma um pouco a tendência apontada pelos trabalhos de Weber (1996; 1998) relatando que 29% adota pela impossibilidade de gerar filhos; 16,34% afirmam que a adoção está ligada ao desejo de ajudar uma criança; 9,80% já manifestava o desejo de adoção; 9,71% tem como motivação sentimentos de solidão, compaixão e afeição pela criança; 6,54% adotaram porque a criança apareceu; 5,88% adotaram por tratar-se de filhos de parentes; 3,27% adotaram após a morte de um filho natural (biológico) e por fim, 2,61% adotaram porque dessa forma puderam escolher o sexo da criança.

Ainda, em um estudo com mães adotivas e biológicas realizado por Reppold e Hutz (2003) os dados mostram que 60% das adotantes tinham como motivo o fato de não poder ter filhos biológicos. O desejo da maternidade de mulheres solteiras correspondeu a 10% dos motivos para adoção, a importância social a 10%, o acolhimento de um parente a 5% e a perda de um filho também a 5% da população estudada, entre outros motivos.

A idade dos requerentes e/ou pais adotivos aparece na literatura, em geral, como caracterização da amostra. Na amostra de Weber (1999) os adotantes brasileiros tinham entre 31 e 35 anos e os estrangeiros entre 36 e 45 anos. É importante salientar que não há uma discussão do que a faixa etária representa para a escolha ou motivações para a adoção.

Muitas questões, portanto, ainda permanecem em torno das reais motivações que levam à adoção. O comportamento de adoção pode ocorrer em nossa sociedade pela cobrança da mesma para com os casais quanto a terem filhos, e das mulheres acharem que têm que exercer o papel de mãe. Pode assumir um caráter de “fazer bem a quem adota”, ou seja, uma justificativa egoísta, ou ainda de altruísmo recíproco, “eu ajudo, mas quero que depois a criança me faça companhia na velhice ou me ajude nos trabalhos domésticos”. Neste último caso a adoção poderia ser explicada como forma de troca de favores ou boa imagem frente às outras pessoas com quem o adotante possa ter contato depois, e ter futuros ganhos nos relacionamentos interpessoais - a questão da “boa fama”: pessoas ajudam quem é bonzinho, quem ajuda os outros, quem tem boa índole. A adoção pode simplesmente ser considerada como um “erro de mira”, ou seja, o alocamento indiscriminado de benefícios parentais sem considerar as relações do parentesco real seria uma anomalia evolutiva, pois adotar estranhos (não-parentes) não aumenta a aptidão do indivíduo (Daly & Wilson, 1998). Por outro lado, cuidar e amar uma criança é habitualmente adaptativo. A adoção por este prisma seria destinar um investimento natural para sua descendência para um “alvo” equivocado.

As motivações podem ser, portanto, bastante variadas para o referido comportamento e já foram identificadas e estudadas por meio de explicações da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento, além de analisadas num contexto histórico e jurídico, mas a raiz deste comportamento não foi ainda explorada a partir do ponto de vista teórico da Psicologia Evolucionista.

## **Objetivo geral**

Considerando que a adoção envolve vários fatores, o objetivo do nosso trabalho foi o de realizar um estudo com um enfoque nos futuros pais adotivos, buscando investigar aspectos do comportamento de adoção, utilizando como base teórica a Psicologia Evolucionista.

## **Objetivos específicos**

- Investigar a influência da faixa etária dos requerentes e o tipo de motivação que os levam a procurar crianças para adotar.

- Investigar o tipo de motivação dos requerentes em relação à faixa etária da criança desejada para adotar.

## **Hipóteses e predições**

### **Hipótese 1**

- A motivação para adoção vai ser diferente de acordo com a faixa etária dos pretendentes a adoção.

Predição 1a. Casais ou pessoas mais velhas buscam a adoção de crianças a partir de uma motivação social (ver método para categorização dos motivos, pp 15).

Predição 1b. Casais ou pessoas jovens são motivados a adotar por motivos biológicos (ver método para categorização dos motivos, pp15).

### **Hipótese 2**

- A escolha da faixa etária das crianças pretendidas varia conforme o tipo de motivo: biológico ou social relatado pelos pretendentes a adoção.

Predição 2a. Os requerentes tendem a querer adotar crianças mais “velhas” (adoção tardia) quando relatam motivos sociais.

Predição 2b. Os requerentes tendem a querer adotar crianças mais novas e/ou recém-nascidas quando relatam motivos biológicos.

## MÉTODO

O contexto da investigação foi a Vara da Infância e da Juventude (VIJ). Num caso de inscrição formal para adoção, a tramitação do processo segue os seguintes passos: a pessoa ou casal se inscreve levando uma lista de documentos necessários para instruir o pedido de adoção (Anexo 1) e preenchendo um Modelo de Pedido de Inscrição de Pretendentes para Adoção de Crianças/Adolescentes, para habilitação de pretendentes brasileiros (Anexo 2), e, então é submetido a uma avaliação psicológica e a um estudo sócio-familiar. Em seguida o processo segue para um órgão do Ministério Público opinar e por fim, para o juiz julgar. O processo, nesse estágio, não demorara mais que 30 dias, não precisa de assistência de advogados, pois os atos são pessoais.

**Amostra:** Foram analisados 200 autos de processos da classe Pretendentes à adoção, pertencentes à 1ª e 2ª VIJ, encontrados no arquivo do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes. Os dados são referentes aos adotantes habilitados em um juizado da Infância e da Juventude, entre os anos de 1996-2006. Os dados foram retirados apenas dos processos que estavam cadastrados.<sup>1</sup>

**Material:** Utilizamos uma planilha (Anexo 3) para o preenchimento dos dados de acordo com a ficha de inscrição de pretendentes a adoção anexada aos autos dos processos pesquisados . A Planilha constava os itens:

### Requerentes à adoção

- Número do Processo
- Sexo do requerente
- Data de nascimento
- Naturalidade
- Estado civil
- Escolaridade
- Profissão
- Salário/renda

### Perfil da criança desejada

- Número do Processo
- Data
- Quantidade de crianças desejadas
- Faixa etária
- Sexo da criança desejada
- Raça/cor
- Tipo de cabelo
- Aceita criança doente

---

<sup>1</sup> Não foi possível precisar o percentual de processos consultados, uma vez que nem todos os processos arquivados no Fórum estavam cadastrados. Não tivemos conhecimento, portanto, do nº total de processos da categoria pesquisada.

- Adoção no RN
- Infertilidade dos requerentes
- Filhos biológicos
- Motivação para adoção
- Aceita pais doentes

**Procedimento:** Utilizamos como modelo de procedimento o trabalho de Weber (1998) acerca de adoções nacionais e internacionais.

Primeiro entramos em contato com a psicóloga da 1ª VIJ de Natal, a fim de explicarmos o objetivo e a importância da presente pesquisa e fomos encaminhados para a 2ª VIJ que a partir de Maio/2005 fora designada para tratar dos processos de adoção nacional. Posteriormente, o juiz da 2ª VIJ - Dr. Sérgio Roberto Nascimento Maia – nos autorizou o início da pesquisa (Anexo 4), e procedemos à consulta aos processos da classe pretendentes a adoção já arquivados. Como esses processos são sigilosos, a consulta aos mesmos se realizou, na íntegra, nas dependências do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes.

Consultamos os processos da classe pretendentes a adoção na 1ª e 2ª VIJ. A partir dos mesmos, retiramos os dados para a pesquisa de uma ficha de inscrição dos pretendentes à adoção de crianças e ou adolescentes que são preenchidas pelos requerentes. Os outros dados sobre a motivação para o comportamento de adoção eram complementados com o parecer técnico dado por uma psicóloga da equipe técnica – consubstanciado a partir de entrevistas que essa profissional realizava com os requerentes – e a partir do estudo sócio-familiar realizado por assistente social também da equipe técnica das VIJ supracitadas.

**Categorias estabelecidas:** A partir da ficha de inscrição dos pretendentes à adoção, trabalhamos com os seguintes aspectos:

**Idade dos requerentes:** foram estabelecidas 5 faixas etárias: 1- 20-29 anos, 2 – 30 – 39 anos, 3- 40 a 49 anos, 4 – 50 a 59 anos, e 5 – 60 ou mais anos, cuja distribuição está apresentada na Tabela I:

Tabela I: Frequência de requerentes em cada uma das faixas etárias estabelecidas.

<b>Idade dos requerentes</b>	<b>Mulheres*</b>	<b>% da amostra</b>	<b>Homens*</b>	<b>% da amostra</b>
20-29 anos	25	12,5	17	8,5
30-39 anos	82	41,0	66	33,0
40-49 anos	73	36,5	60	30,0
50-59 anos	16	8,0	21	10,5
60 ou mais	3	1,5	5	2,5
Total	199	99,5	169	84,5
Não informou	1	0,5	31	15,5
Total (n° de processos)	200	100,0	200	100,0

- a frequência apresentada corresponde ao n° de processos

**Fertilidade dos requerentes:** 1- sim (para o caso de ser fértil), 2- não (quando o requerente não era fértil), 3- outros (dúvida, doenças, idade avançada...). Distribuição Tabela II.

Tabela II: Frequência de requerentes de acordo com a fertilidade.

<b>Fertilidade dos requerentes</b>	<b>Mulheres *</b>	<b>% da amostra</b>	<b>Homens *</b>	<b>% da amostra</b>
Sim	53	26,5	112	56,0
Não	119	59,5	54	27,0
Outros	27	13,5	3	1,5
Não informou	1	0,5	31	15,5
Total	200	100,0	200	100,0

- \* a frequência apresentada corresponde ao n° de processos

**Faixa etária da criança pretendida:** categoria 1- 0-24 meses (adoção “precoce”), categoria 2- > 24 meses (adoção tardia) e categoria 3- 0 a ∞ (a idade especificada englobava as duas categorias anteriores, não podendo ser enquadrada em nenhuma das anteriores). A distribuição está apresentada na Tabela III:

Tabela III: Número de processos de acordo com a idade da criança pretendida para adoção

<b>Idade da criança</b>	<b>Frequência</b>	<b>% da amostra</b>
0-24 meses	161	80,5
25 ou mais meses	15	7,5
Ambos	22	11,0
Não informada	2	1,0
Total	200	100,0

**Escolaridade dos requerentes:** 1-sem alfabetização; 2-alfabetizado, 3-ensino fundamental completo, 4-ensino fundamental incompleto, 5-ensino médio completo, 6-ensino médio incompleto, 7-superior completo, 8-superior incompleto, 9-pós-graduação. (Tabela IV).

Tabela IV: Frequência de requerentes de acordo com a escolaridade

<b>Escolaridade dos requerentes</b>	<b>Mulheres *</b>	<b>% da amostra</b>	<b>Homens *</b>	<b>% da amostra</b>
Sem alfabetização	1	0,5	2	1,0
Alfabetizado	1	0,5	0	0,0
Ensino Fund. Completo	8	4,0	5	2,5
Ensino Fund. Incompleto	20	10,0	18	9,0
Ensino médio completo	54	27,0	54	27,0
Ensino médio incompleto	5	2,5	5	2,5
Superior completo	80	40,0	64	32,0
Superior incompleto	15	7,5	12	6,0
Pós-graduação	13	6,5	7	3,5
Não informou	3	1,5	33	16,5
Total	200	100,0	200	100,0

- a frequência apresentada corresponde ao n° de processos

**Renda dos requerentes:** foi classificada em salários mínimo (SM) e categorizada conforme dados do IBGE: 1 – até ½ SM, 2- de ½ até 1 SM, 3 - > 1 até 2 SM, 4 - > 2 até 3 SM, 5 - > 3 até 5 SM, 6 - >5 até 10 SM, 7 - > 10 até 20 SM, 8 - >20 SM. SM (Tabela V).

Tabela V: Distribuição dos requerentes de acordo com a renda salarial.

<b>Renda dos Requerentes*</b>	<b>Frequência</b>	<b>% da amostra</b>
até ½ SM	1	0,5
de ½ até 1 SM	3	1,5
> 1 até 2 SM	8	4,0
> 2 até 3 SM	8	4,0
> 3 até 5 SM	23	11,5
> 5 até 10 SM	36	18,0
> 10 até 20 SM	52	26,0
> 20 SM	63	31,5
Não informou	6	3,0
Total	200	100,0

\*Neste caso consideramos a renda por processo consultado. No caso de casais, foi somada a renda dos cônjuges.

**Motivo para adoção:** 1-biológico (consideramos como apresentando estes motivos os processos que apresentaram como motivo a infertilidade do casal, a substituição do filho que perdeu, desejo de maternidade/paternidade e o desejo de constituir família). 2-social (agrupados os processos cujos motivos apresentados pelos requerentes eram: ter uma companhia para si próprio, escolher o sexo do próximo filho, porque os filhos já estão crescidos, por razões humanitárias/sociais – abrigar ou dar um lar a uma criança abandonada-, para ampliar a família, para que o casal tenha um filho em comum, por motivo de pagamento de promessa por ter conseguido alcançar alguma “graça” – pedido A distribuição dos processos segundo motivo pode ser visualizada na

Tabela VI (Ver Anexo V para exemplos de informações contidas nos processos consultados que permitiram a classificação dos motivos):

Tabela VI: Número de processos classificados a partir do motivo declarado para a adoção.

<b>Motivo</b>	<b>Nº de processos</b>	<b>%</b>
Biológico	102	51,0
Social	98	49,0
Total	200	100,0

**Análise dos Dados:** Os dados foram analisados comparando-se as categorias de idade dos requerentes e das requerentes como também a fertilidade e o motivo da adoção, a faixa etária das crianças, etc. Comparações intra e intersexuais foram analisadas para investigar diferenças nos motivos para adoção e a idade (faixa etária) dos requerentes de cada sexo.

Utilizou-se o teste estatístico GLM (General Linear Model) para investigar possíveis diferenças quanto à frequência em diversas categorias. Foi adotado como nível de significância 5% ( $p \leq 0,05$ ).

## RESULTADOS

### Idade dos requerentes e motivação para adoção

De maneira geral, observamos que houve uma distribuição diferenciada das motivações em função das faixas etárias. As faixas etárias mais altas tendem a manifestar o motivo social, enquanto as faixas etárias mais jovens tendem a manifestar o motivo biológico.

Para as requerentes, encontramos uma diferença significativa entre as médias das categorias “faixa etária 20-29 anos” ( $M=1.31$   $DP=0.15$ ) e “40-49 anos” ( $M=1.74$   $DP=0.10$ ) para o motivo manifestado ( $MD=-0.31$   $DP=0.11$   $p=0.045$ ). Depreende-se que as requerentes com a faixa etária de 20-29 anos manifestam significativamente mais o motivo biológico e as mulheres de 40-49 anos o motivo social para adoção de crianças/adolescentes (Figura 1).

Tal diferença também pôde ser observada entre as médias das categorias “faixa etária 20-29 anos” ( $M=1.31$   $DP=0.15$ ) e “50-59 anos” ( $M=1.81$   $DP=0.13$ ) para o motivo manifestado ( $MD=-0.57$   $DP=0.15$   $p=0.002$ ). De modo que as requerentes com a faixa etária de 20-29 anos manifestam significativamente mais o motivo biológico para adotar crianças/adolescentes e as mulheres de 50-59 anos o motivo social (Figura 1).

Diferença significativa também foi observada entre as médias das categorias “faixa etária 30-39 anos” ( $M=1.60$   $DP=0.10$ ) e “faixa etária 40-49 anos” ( $M=1.74$   $DP=0.10$ ) para o motivo ( $MD=-0.25$   $DP=0.08$   $p=0.009$ ), e entre “faixa etária 30-39 anos” e “faixa etária 50-59 anos” ( $M=1.81$   $DP=0.13$ ) para o motivo da adoção ( $MD=-0.52$   $DP=0.13$   $p=0.001$ ), sempre com as mulheres entre 30-39 anos manifestando o motivo biológico, enquanto as na faixa de 40-49 e 50-59 anos manifestaram, significativamente, o motivo social para adoção (Figura 1).

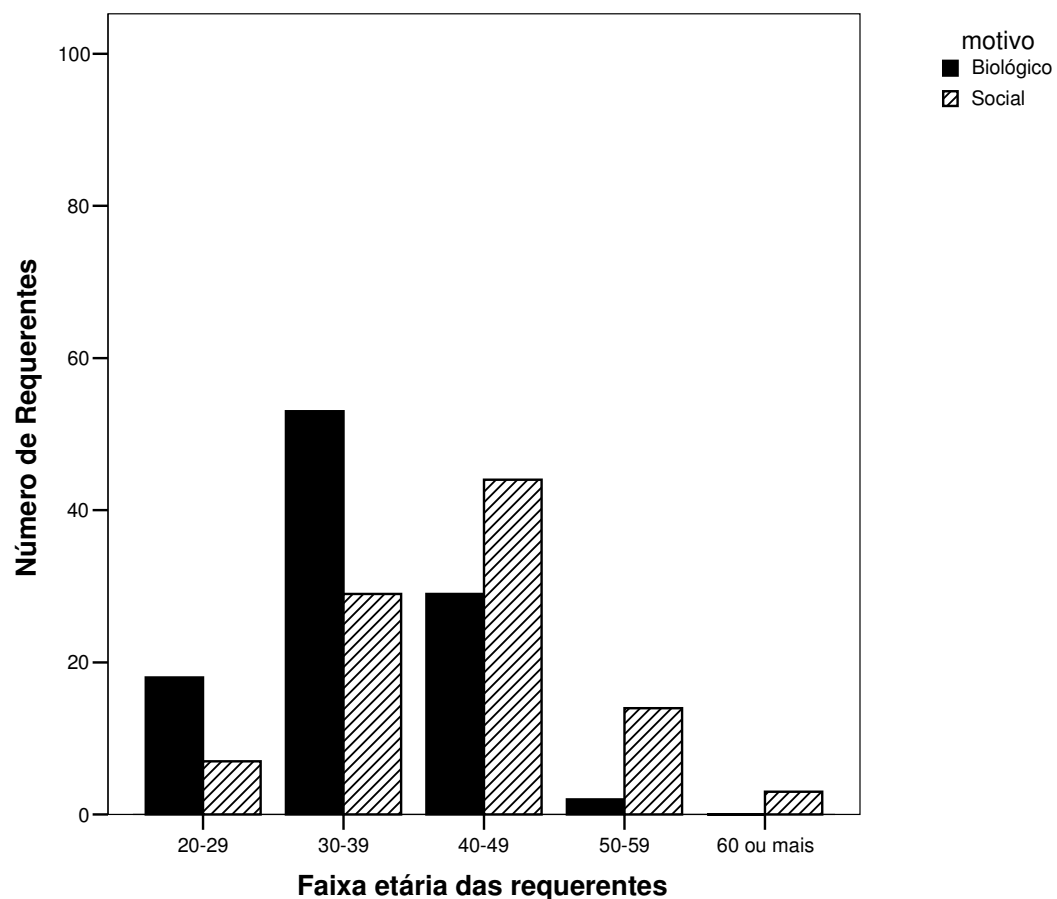


Figura 1 – Requerentes do sexo feminino distribuídas de acordo com a faixa etária e o motivo para adoção.

No caso dos requerentes, ocorre também uma concentração nas faixas etárias 20-29 e 30-39 da motivação biológica. Enquanto que nas faixas 40-49, 50-59 ou 60 ou mais o motivo social é mais freqüente. No entanto, observamos diferença significativa apenas entre as médias das categorias “faixa etária 30-39 anos” ( $M=1.32$   $DP=0.12$ ) e “faixa etária 40-49 anos” ( $M=1.51$   $DP=0.11$ ) para o motivo para adoção ( $MD=-0.24$   $DP=0.09$   $p=0.038$ ). Desse modo, os homens na faixa etária de 30-39 manifestam significativamente mais o motivo biológico (Figura 2).

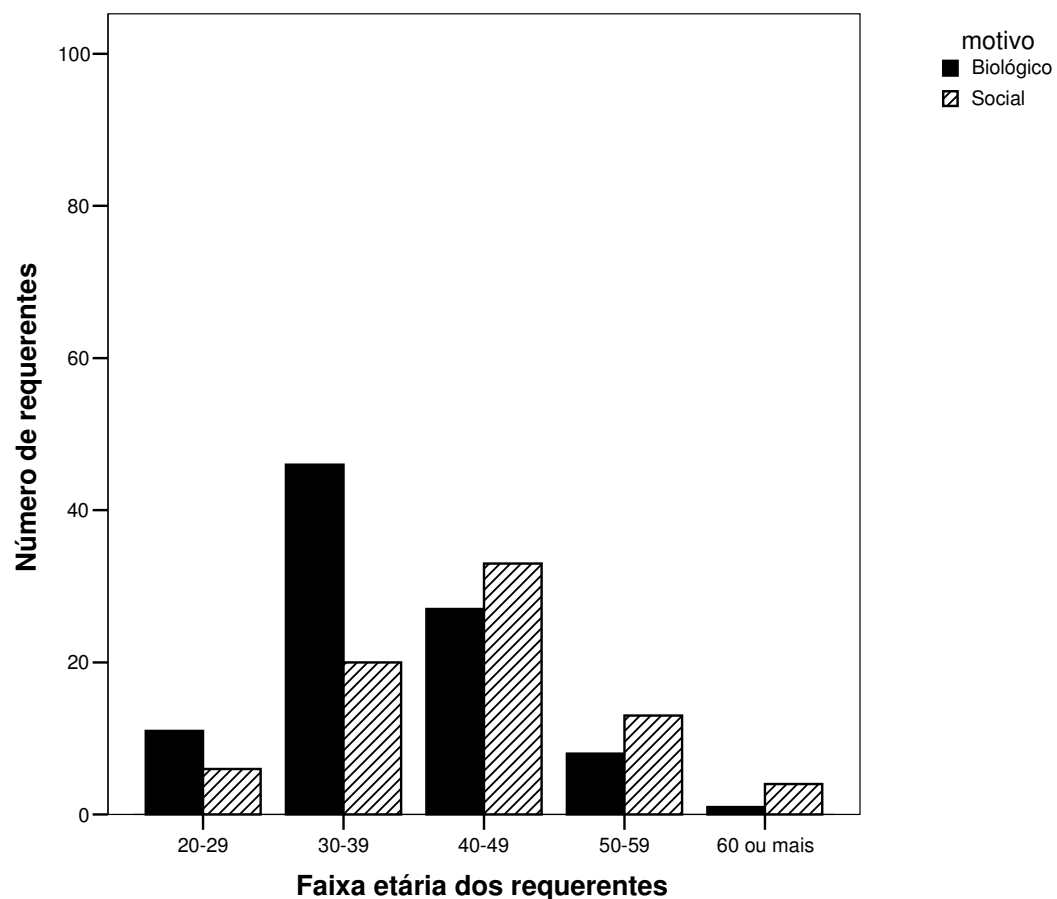


Figura 2 – Requerentes do sexo masculino distribuídos de acordo com a faixa etária e o motivo para adoção.

### Fertilidade dos requerentes e motivação para adoção

Dentre as características possíveis de se investigar entre os requerentes de ambos os sexos, a fertilidade apresentou relações bastante interessantes com as motivações alegadas para adoção.

Para as mulheres requerentes, houve diferença significativa entre as médias das categorias fertilidade “sim” ( $M=1.71$   $DP=0.10$ ) e “não” ( $M=1.57$   $DP=0.10$ ) para o motivo ( $MD=0.27$   $DP=0.08$   $p=0.002$ ). Isto significa que as mulheres férteis manifestam significativamente mais o motivo social. Por outro lado, as mulheres inférteis manifestam significativamente mais o motivo biológico (Figura 3).

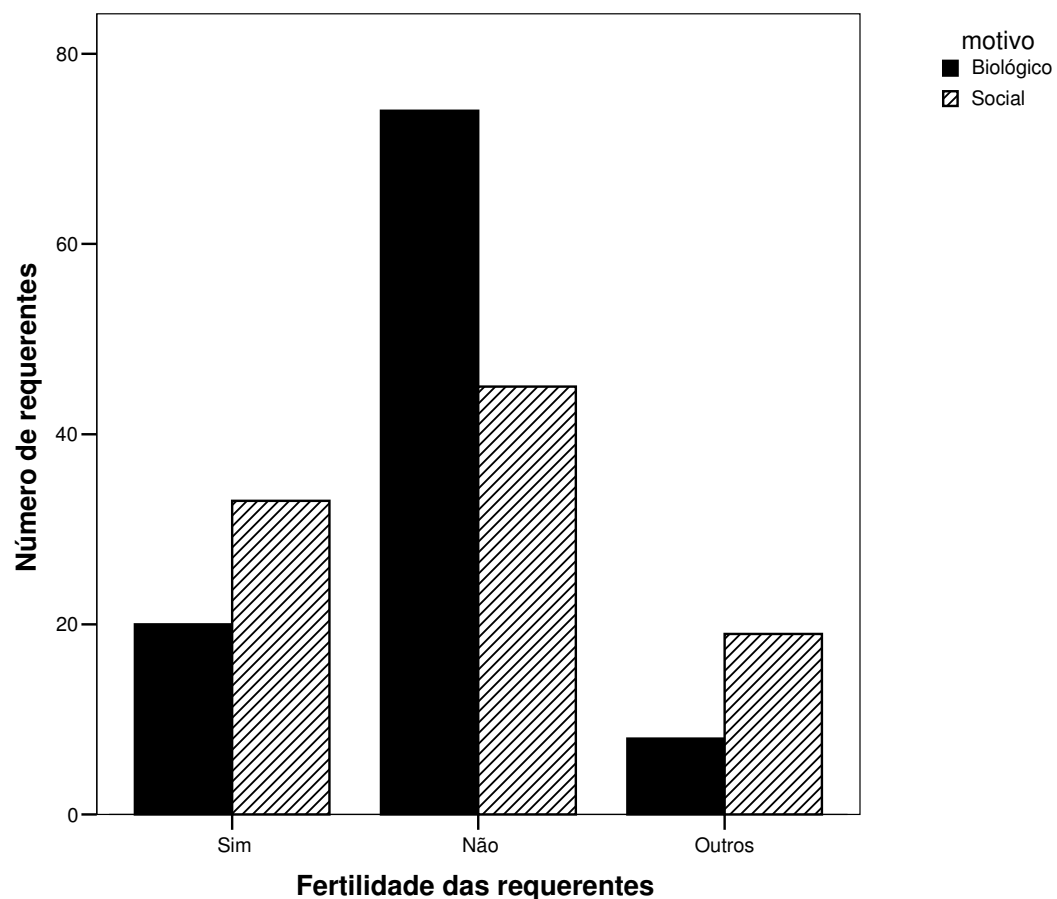


Figura 3 – Número de requerentes do sexo feminino em relação à fertilidade de acordo com a motivação para a adoção.

Na mesma direção, observamos que houve diferença significativa entre as médias das categorias fertilidade “não” ( $M=1.57$   $DP=0.10$ ) e “outros” ( $M=1.74$   $DP=0.12$ ) para o motivo ( $MD=0.36$   $DP=0.10$   $p=0.001$ ). As requerentes inférteis alegam significativamente mais o motivo biológico, e, aqueles casos agrupados na categoria outros (idade avançada, risco de hipertensão...) informam significativamente mais o motivo social (Figura 3).

Em relação aos homens, encontrou-se uma diferença significativa entre as médias das categorias de fertilidade “sim” ( $M=1.65$   $DP=0.09$ ) e “não” ( $M=1.31$   $DP=0.10$ ) para o motivo ( $MD=0.34$   $DP=0.81$   $p=0.000$ ) dos requerentes para adotar. Quando os homens são férteis eles manifestam mais o motivo social, e quando

inférteis, informam, significativamente, mais o motivo biológico para adoção (Figura 4).

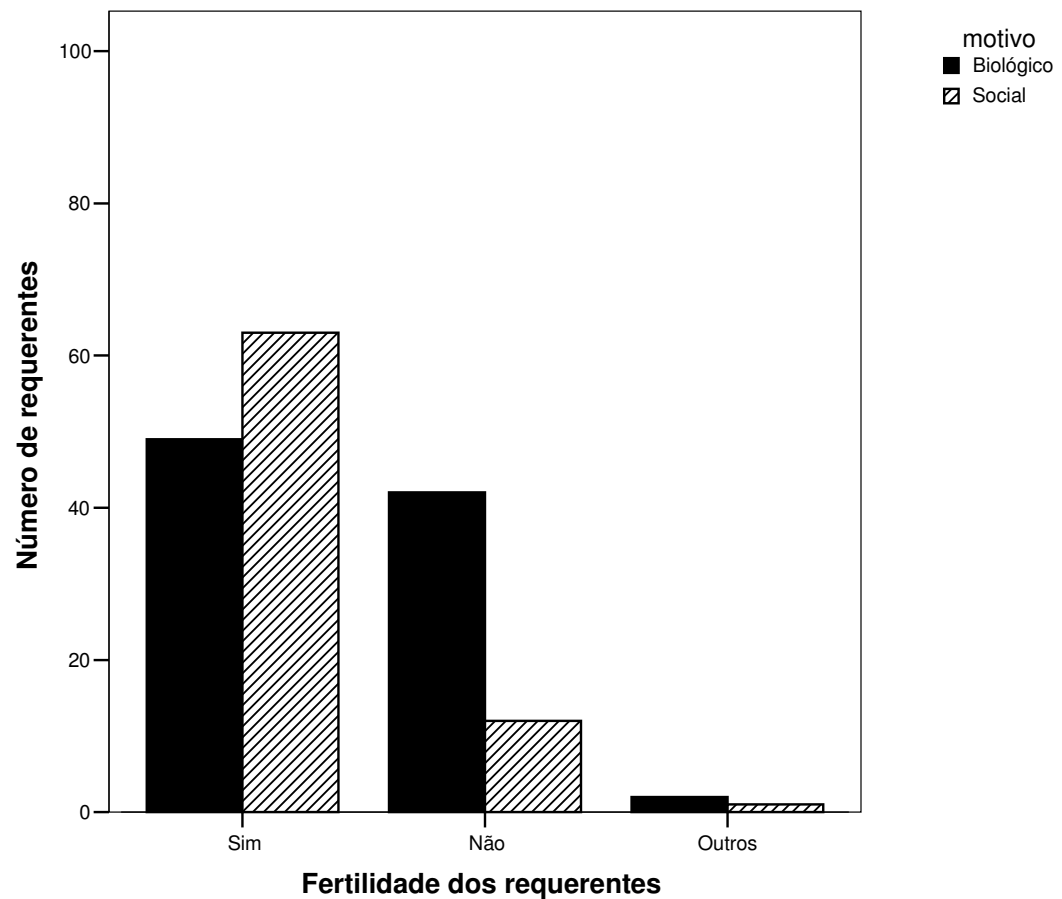


Figura 4 – Número de requerentes do sexo masculino em relação à fertilidade de acordo com a motivação para a adoção.

Quando cruzamos as informações dos casais, quando o homem não é fértil e a mulher não é fértil o motivo biológico é o que é mais freqüente nos requerentes. Isto ocorre também quando pelo menos um (elas ou eles) é infértil (o motivo biológico sempre é o mais freqüente nestes casos de infertilidade do casal ou só de um). Quando os dois são férteis o motivo social aparece como mais freqüente entre o casal ( $F(1, 115)=4.791$   $p=0.031$ ) (Figura 5).

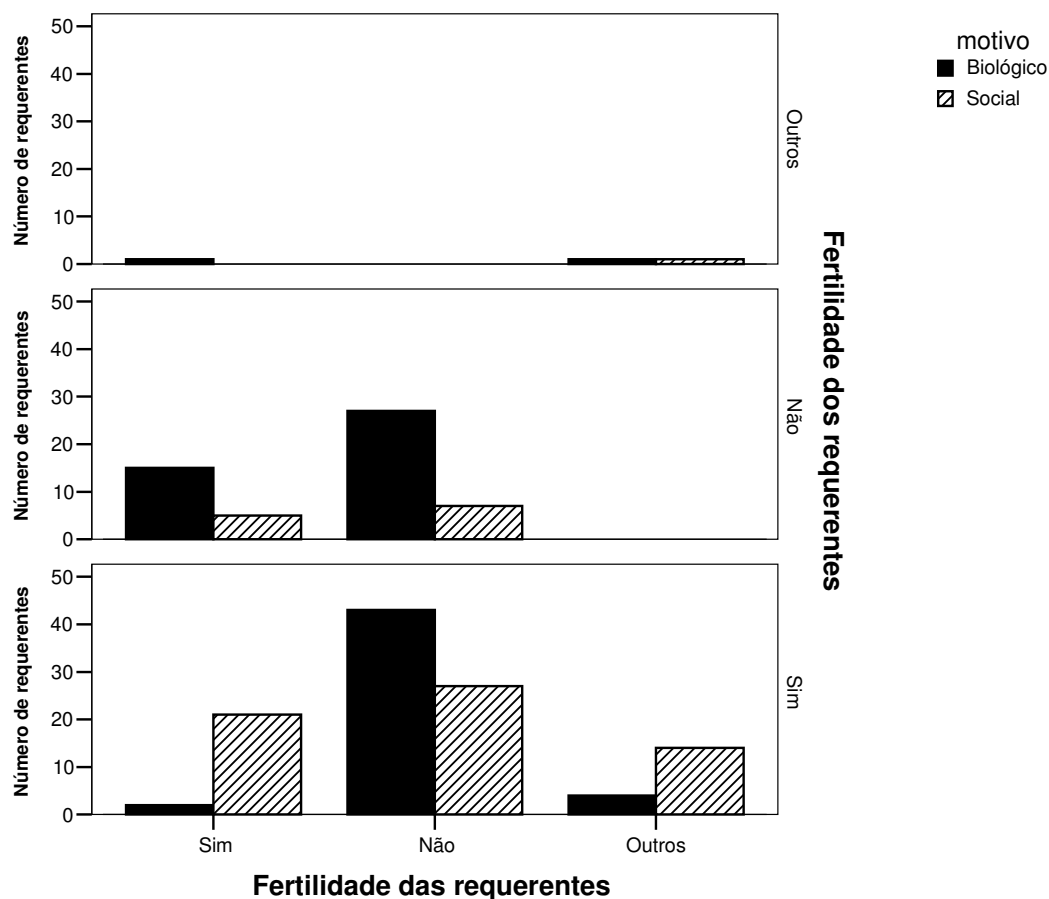


Figura 5 - Cruzamento do número de requerentes quanto à fertilidade considerando o casal de acordo com o motivo alegado para a adoção.

### Idade pretendida da criança e motivação para adoção

Observamos diferenças em relação à idade pretendida da criança/adolescente para adoção. Os menores na faixa etária de 0-24 meses ( $M= 1.58$   $DP=0.07$ ) eram preferidos pelos requerentes que apresentam como motivação o fator biológico. Já quando pretendiam adotar crianças na faixa etária de 25 meses ou mais (considerada adoção tardia, acima dos 2 anos de idade) os requerentes apresentaram a motivação social como mais frequente ( $M= 1.89$   $DP=0.19$ ) ( $DM= -0.40$   $DP=0,13$   $p=0.006$ ). Na categoria ambos que abrange a faixa etária dos 0-24 e 25 ou mais meses, o motivo biológico e social estão distribuídos igualmente como a mesma concentração de requerentes pra motivo social e para motivo biológico (Figura 6).

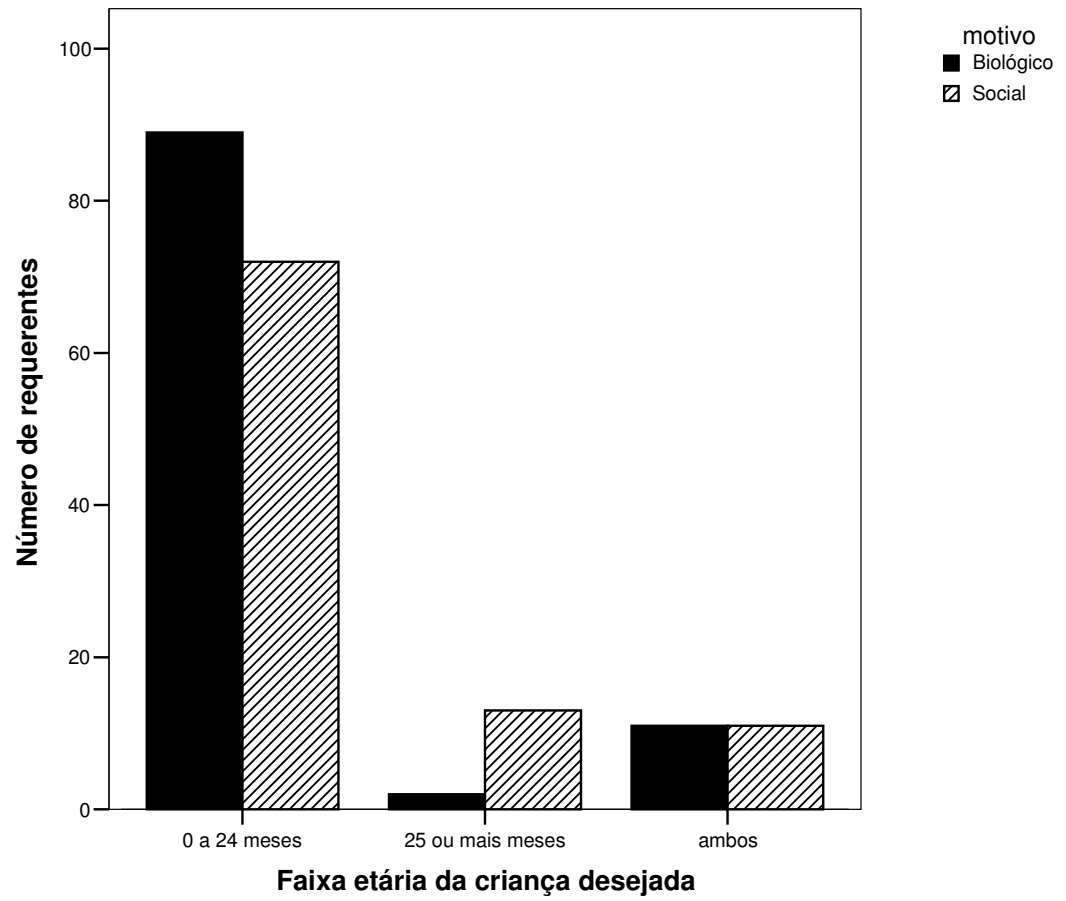


Figura 6 - Idade da criança pretendida para adoção de acordo com o motivo alegado para adoção.

## DISCUSSÃO

A adoção do ponto de vista legal permite a colocação de crianças que foram abandonadas ou destituídas do poder familiar em um novo lar, uma nova família.

Conforme Liberati (2006) esta visão da adoção não foi sempre assim, já teve várias finalidades de acordo com o momento histórico em que foi utilizada que iam desde o dever de manter o culto doméstico, passando pelo preenchimento das necessidades de procriação, em virtude da esterilidade ou de morte prematura dos filhos naturais, até a preservação e continuação da espécie. Na opinião dele “a adoção não permite “ter pena” ou “ter dó”, “compaixão”; a adoção, como a entendemos nos dias de hoje, não se presta para resolver problemas de casais em conflito, de esterilidade, de transferência de afetividade pelo falecimento de um filho, de solidão, etc. Ela é muito mais que isso: é entrega ao amor e à dedicação a uma criança que, por algum motivo, ficou privada de sua família. Na adoção, o que interessa é a criança e suas necessidades; a adoção deve ser vivida privilegiando o interesse superior da criança” (Liberati, 2006, pp.41). Esta é a visão que, legalmente, é assumida para a adoção.

Mas será que os pais preferem adotar a ter seus próprios filhos biológicos? Pensando sobre os entraves para a adoção podemos ressaltar, entre eles, a existência e persistência nos dias atuais da importância dos laços de sangue na sociedade. Schettini (1998) fala até de uma certa obrigatoriedade de amar o “filho de sangue”, como se o parentesco fosse uma razão suficiente para a existência da relação de afeto, resultado de uma aprendizagem cultural. Mas, segundo o mesmo autor, o amor vai além da geração biológica e se estende para a relação de convivência. Na relação filial adotiva a ligação de afeto surge sem se basear na vinculação biológica. O amor pelo filho adotivo é espontâneo e decorrente de uma decisão pessoal.

É dessa forma que é possível se pensar que as relações entre adotado e adotante podem se construir como uma relação de afeto, de apego, que se estabelece na convivência um com o outro; de acordo com esse autor, todo filho biológico precisa ser antes adotado (Schettini, 1998).

Na adoção legal os filhos adotivos têm os mesmos direitos do filho biológico, mas é preciso que os adotantes tenham claro essa idéia para que possam criá-los sem preocupar-se com o passado que ela teve em instituições anteriores e que a partir daquele momento começa uma nova vida e novas relações de afeto e de parentesco. Como prevê o ECA “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais biológicos e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.” ( ECA lei 8069/1990).

Durante muito tempo, a adoção era vista como um ato de bondade extrema, sendo considerada um exemplo de altruísmo, em função dos custos que trazia para o adotante. Alguns locais, inclusive, ficaram conhecidos pela elevada ocorrência de tal comportamento. Pensava-se que na Oceania, por exemplo, pelo fato de existir inúmeras adoções (30%), a adoção era realizada de maneira arbitrária. No entanto, quando Joan Silk (1980 citado por Alcock, 2001) analisou o relacionamento entre adotantes e adotados em 11 diferentes culturas da Oceania, encontrou que eles eram primos ou de parentesco equivalente. Isto mudou a compreensão dessas adoções, reforçando a hipótese de aptidão abrangente para esta forma, até então, considerada, de altruísmo humano.

O que observamos, no entanto, é que um grande número de adoções ocorre entre pessoas sem nenhum laço de parentesco. Do ponto de vista evolutivo, por que as pessoas adotam indivíduos não-aparentados, considerando que não existe ganho em termos de aptidão?

Tokumar e Bergamim (2005) afirmam que os indivíduos que cuidam de crianças não-aparentadas não obteriam sucesso em termos de aumento do seu sucesso reprodutivo ou ganho em forma de aptidão abrangente (pelo êxito de seus parentes), no entanto, supõe-se que através da formação de alianças e vínculos entre esses “estranhos” haveria benefícios no futuro através da reciprocidade. Bussab e Oliveira (2005) e Gibson (2004) (citados por Tokumar & Bergamim, 2005) comparando entre cuidados destinados aos filhos genéticos e as crianças adotadas, chegaram a encontrar que estas últimas podem receber mais investimentos parentais.

De qualquer forma, antes de pensar em altruísmo, “fazer o bem sem olhar a quem”, alguns aspectos da adoção podem ser explorados a partir da análise da

motivação que conduz os indivíduos a procurarem a adoção. São várias as pesquisas sobre adoção, mas o enfoque na investigação da motivação dos requerentes para adotar e na faixa etária tanto dos requerentes quanto da criança pretendida é ainda incipiente. A investigação desses motivos é interessante do ponto de vista de auxiliar os técnicos da Vara da Infância e da Juventude a saberem os reais motivos dos requerentes, os próprios requerentes clarificarem suas motivações e para juntos eles chegarem a saber se a intenção é a mais adequada e os motivos condizem com a proposta do ECA de garantir a criança o direito a ter uma convivência familiar.

À luz da Psicologia Evolucionista, o comportamento de adoção aparentemente continuaria existindo porque apesar de não trazer ganhos em termos de aptidão direta, ou mesmo de aptidão abrangente (como ocorreria com a adoção de parentes), favoreceria a obtenção de ganhos indiretos a partir da satisfação das necessidades dos requerentes.

Em nosso trabalho, conseguimos categorizar os motivos de adoção em dois grandes grupos: motivações biológicas e motivações sociais.

Dentre as razões de ordem biológica podemos apontar que querer ter um filho - e não conseguir tê-los por motivos de infertilidade - é uma forma de passar sua herança cultural. Já as razões denominadas sociais surgem principalmente em decorrência das mudanças sociais: mulheres mais independentes esperam o momento certo para terem filhos - quando decidem engravidar percebem que tem problemas de infertilidade - a possibilidade do segundo casamento - para formar uma família completa querem ter filho em comum, mas já não é possível por já terem filhos do relacionamento anterior, ter idade avançada (gravidez seria de risco e fisiologicamente inviável) ou por ter sofrido cirurgia esterilizante - e por existirem muitas crianças abandonadas que apresentam um apelo grande a fazerem o bem e valorizar isso na sociedade atual (é sempre bem visto pela sociedade quem faz boas ações, e adotar é considerado uma ótima ação), e pensando na velhice, pois muitas vezes adotar significa ter alguém para cuidar, devotar atenção e uma companhia para conversar.

Em relação às nossas expectativas, observamos uma clara relação entre a idade dos requerentes e a motivação para adoção de crianças/adolescentes, o que confirma nossa primeira hipótese. A relação que existe conforme a predição 1a, é que os

requerentes mais velhos buscam a adoção motivada por razões sociais e, de acordo com a predição 1b os requerentes mais jovens apresentam motivos biológicos para adotar. A idade, nesse contexto, seria um marco, um divisor de águas, já que é ela que modula a fertilidade dos requerentes e através dela que vão saber se ainda são capazes de gerar seus próprios filhos ou querem uma criança no lar.

Tulberg e Lummaa, (2001) também consideram que a idade é um dos fatores que modula o investimento parental. Em seu estudo eles encontram um padrão indicativo que a taxa de aborto é inversa em função da fertilidade da mulher, no que se conclui que o investimento em uma nova prole é pouco a pouco reduzido quando uma mulher se aproxima da menopausa. Por outro lado, os papéis sociais vão se modificando com o passar do tempo na vida de cada indivíduo. Se avós tem sido uma importante força dirigida na evolução da história de vida dos humanos (Hawkes, O'Connell, Blurton Jones, Alvarez & Charnov, 1998), pode-se observar um padrão indicando que a transição do investimento parental dos seus filhos para em seus netos é um processo gradual, análogo ao da função ovariana, que é sabido que declina gradualmente (Judd & Fournett, 1994).

Interessante notar também é o momento em que há uma inversão dos motivos na faixa 30-39 anos ainda em maior concentração o motivo biológico. Quando partimos para a faixa etária seguinte, de 40-49 anos, os motivos sociais passam a ser predominante. Mas que mudanças ocorrem de uma faixa para outra que possibilita essa mudança na motivação para adoção?

Podemos observar que nesta faixa etária (40-49 anos) do ponto de vista social, haveria uma estabilidade do ponto de vista profissional e/ou financeiro, como também uma mudança de hábitos, valores e expectativas quanto ao futuro, uma maturidade por parte das pessoas que estão incluídas nesta faixa etária. Tais aspectos eram, anteriormente, considerados os mais relevantes para a adoção, uma vez que a legislação anterior exigia como idade mínima para a adoção 50 anos de idade. A professora Ester Figueiredo Ferraz (1951, citado por Pereira, 1992) em suas críticas a exigência de se ter 50 anos para adotar crianças/ adolescente argumentava que “o homem e a mulher, nesta idade, não tinham mais o interesse paterno e materno. Já haviam entrado naquela fase da vida em que o amor à comodidade, ao repouso, ao

conforto, dificilmente permitiria que aceitassem em casa, a presença ruidosa de uma criança, com suas travessuras, exigências e choros” (Pereira, 1992, pp. 141). Tal visão já sinalizava para prováveis modificações na motivação para a adoção com o passar do tempo.

Além disso, há uma clara relação entre idade e fertilidade. Abreu et al (2006) afirmam que com o aumento da idade, a fecundidade natural e as taxas de gestação vão declinando. Na mulher, a fertilidade começa a diminuir a partir dos 30 anos de idade e, a partir dos 40 anos, há redução pela metade das taxas de gestação. Esta relação também foi encontrada nos nossos resultados: observamos uma grande concentração de requerentes na faixa 30-39 anos. De acordo com Levi e Molêdo (1972) a fertilidade apresenta uma relação direta com a idade da mulher, verificando-se a já conhecida relação de maior número de perdas fetais e/ou natimortos com as idades extrema, bastante marcada a partir dos 39 anos de idade.

A relação entre idade e fertilidade também está presente mesmo nos casos de utilização de técnicas de reprodução assistida. Em nossos dados encontramos um número considerável de processos (26 processos) em que o casal afirmava ter passado por procedimentos de reprodução assistida não obtendo êxito e passando a considerar a idéia da adoção como possibilidade para se ter um filho. Mesmo em técnicas assistidas de reprodução a idade tem um peso muito importante para o sucesso deste procedimento, e que as mulheres e os médicos não devem esperar que se chegue muito além dos 30 anos para iniciar porque as chances de gravidez diminuem a partir desta idade (Abreu *et al.*, 2006).

Mesmo as mulheres férteis com idade avançada podem engravidar após os 37 anos de idade, mas nem todas conseguem mesmo utilizando as técnicas de reprodução assistida (ART) (Campolim & Rahra, 2006). As grávidas, porém, não chegam, necessariamente, ao final da gestação nesta idade. As chances de dar a luz a um bebê depois dos 40 anos de idade diminuem substancialmente, devido a problemas com a formação do embrião que provocam abortos durante a gestação. Outros autores sugerem que a capacidade reprodutiva das mulheres diminui substancialmente a partir dos 39 anos de idade (Steef *et al.*, 2005).

A utilização de técnicas assistidas de reprodução pelos casais e por mulheres parece ser uma forma de pressão social e familiar para que eles tenham seus próprios filhos (Sherwin, 1992), frequentemente é a falha em ter filho através destas técnicas reprodutivas que precede a consideração de adotar uma criança. As pessoas que adotam passariam por etapas de reprodução assistida (fertilização in vitro e usando doadores de gametas) e não obtinham êxito, sendo a adoção uma última ou terceira ou quarta melhor opção para se ter um filho (Brakman & Sholz, 2006). Convém assinalar que em nossa amostra quando os casais eram inférteis a motivação biológica era significativamente maior que a social. Joan Silk (1980, citado por Barrett, Dunbar & Lycett, 2001) já teorizava que a adoção era um fato mais comum entre casais inférteis ou pós-reprodutivos.

Deste modo, percebe-se que a adoção se apresenta como uma das últimas possibilidades para se ter uma criança, após diagnósticos médicos de infertilidade e algumas vezes, de sucessivas tentativas sem obtenção de êxitos em ter filhos por meio de técnicas de reprodução assistida – fertilização in vitro, inseminação artificial. Dessa forma, corrobora a idéia de que as pessoas querem ter seus próprios filhos e perpetuar seus genes, gerando uma descendência como idéia de não finitude, ficar para a posteridade, e só partem para outras formas quando a utilização de seus próprios genes não é possível. Bridges (2005) atenta para o fato de que um diagnóstico de infertilidade pode ser devastador para aqueles que estão certos de que são férteis desde que descobriram como os bebês são “feitos”.

A infertilidade também está presente durante a vida de mulheres férteis durante o final da vida reprodutiva, em que ocorre uma queda na capacidade de gerar que sinaliza a menopausa, um marco na vida da mulher e significa o fim da sua vida reprodutiva, não podendo mais gerar filhos.

O fator mais importante para determinar a idade da menopausa é o número de folículos ovarianos. A depleção dos folículos ocorre independente de fatores fisiológicos e ambientais até a fase de perimenopausa. A fase da perda folicular acelerada e sua velocidade irão determinar a idade de ocorrência da menopausa. Parece existir uma “programação” genética desta data, mas esta pode ser influenciada

por diversos fatores como o tabagismo, a nutrição, a raça, a paridade em até três anos (Ginbusrg, 1991).

Mas se as mulheres têm condições de criar crianças e vivem mais tempo porque a menopausa evoluiu? Williams (1957) hipotetizou que a menopausa evoluiu porque a cessação precoce de dar a luz a crianças aumentou a chance das mulheres do Pleistoceno de sobreviver para cuidar e investir na sua prole atual e nos netos. Outros têm sugerido que a menopausa tem também uma mudança no papel social da mulher de maneira que beneficia os membros mais distantes de seu grupo de parentesco. Entretanto, modelos e testes empíricos têm dúvida de que essas considerações, sozinhas, dão conta da evolução e manutenção da menopausa. Turke (1997) sugere que a menopausa também pode ter beneficiado mulheres por reduzir o infanticídio e por ajudar a manter o investimento parental em crianças.

No Brasil, um inquérito populacional domiciliar na cidade de Campinas apontou a média etária para a ocorrência da menopausa 51,2 anos (Pedro, Pinto Neto, Paiva, Osis & Hardy, 2003). Esta média de idade foi semelhante à encontrada em mulheres de países industrializados do Ocidente, que é em torno de 50 anos (McKinlay, Jefferys & Thompson, 1972).

Parece que com a maior independência das mulheres e a inserção no mercado de trabalho, uso de anticoncepcionais elas estariam esperando o momento certo – estabilidade financeira, profissional, emocional - e quando decidem engravidar percebem que têm problemas de fertilidade. Estes fatos são reflexos da realidade moderna e dos avanços sociais e do papel da mulher na sociedade. As pessoas atrasam a gravidez até que chegue “momento certo”, e isto apresenta como consequência os riscos de se ter dificuldade de se reproduzirem em função da idade.

A nossa outra hipótese era que a escolha da faixa etária das crianças pretendidas variava conforme os motivos relatados pelos pretendentes a adoção. Também para essa hipótese confirmaram-se as duas predições, pois as pessoas que manifestavam o desejo de adotar por razões biológicas escolhiam com mais frequência crianças recém-nascidas ou até 24 meses e as pessoas que manifestavam motivações sociais declaravam mais a adoção de crianças com 25 ou mais meses de vida.

A preferência por crianças de 0-24 meses coincide com a “imitação” da biologia em querer ter um filho e quanto mais novo ele for, permite ao adotante desfrutar de todas as etapas da vida da criança. Jojima (1991) encontrou em Curitiba que os casais esperam adotar bebês de no máximo 6 meses de vida, faixa etária igualmente confirmada por Weber (1998) para a maioria das adoções nacionais (67%), enquanto que os adotantes estrangeiros aceitavam crianças até 4 anos (48% da amostra), demonstrando uma maior flexibilidade neste aspecto. Vieira (2004) também encontrou que 59,9% de sua amostra não adotaria crianças com mais de um ano de vida.

Já para os bebês na faixa etária de 25 meses ou mais (que caracteriza a denominada adoção tardia) aparece a motivação social como mais freqüente, e podemos supor que aí existe uma maior procura por criança, independente da idade, uma seleção menos criteriosa da criança desejada o que pode estar relacionado à faixa etária maior dos requerentes e a presença de filhos anteriores à adoção. Outros aspectos são comumente relacionados à adoção tardia. O estudo de Ebrahim (2001) sobre este tema encontrou como resultado que os adotantes de crianças com mais de dois anos de idade tem um nível de escolaridade maior (superior completo) e também um maior poder aquisitivo que os adotantes convencionais. No entanto, não existe um padrão para este tipo de fator. Weber (1996) observou que os adotantes tardios apresentavam um menor grau de instrução e menor poder aquisitivo. Os dados da nossa amostra não apresentaram resultado significativo para idade da criança e renda do casal requerente.

No entanto, a relação entre motivo e idade dos filhos pretendidos é notória, motivos sociais para aqueles que querem adotar crianças com mais de 25 meses demonstra um maior desprendimento quanto às características da criança e uma maior ênfase no desejo de adotar em si. Quando consideramos que a concentração maior dos requerentes que querem adotar crianças recém-nascidas (0-12 meses) até 24 meses apresentava motivações biológicas, vem à tona o desejo de querer constituir família e a presença de um filho completaria o lar. Como não podem desempenhar a função reprodutiva, querem desempenhar o papel de mãe e pai desde a tenra idade para acompanhar todas as etapas da vida da criança adotada.

De uma forma geral, casais que já têm filhos, biológicos ou adotivos, são mais abertos a uma adoção tardia. Vieira (2004) sustenta isso a partir dos seus dados. Entre os 25 pretendentes com filhos que essa autora investigou apenas sete faziam questão de que a criança tivesse menos de um ano na data da adoção.

É interessante notarmos que independente da motivação que conduz as pessoas à adoção, Vieira (2004), resume de forma bastante interessante o momento que antecede tal decisão:

“Prevalece a idéia de que há um momento na vida em que o indivíduo atinge o ápice de seu desenvolvimento global sendo hora de descentrar suas preocupações exclusivas consigo. Sente-se a necessidade de ter alguém a quem se possa transmitir o que se aprendeu ao longo da vida. É como se cada qual houvesse percorrido um caminho, feito uma viagem e quisesse refazê-la, mas não com os mesmos olhos de antes, isso seria impossível, afinal, já conhece o caminho. Eles almejam ser agora o guia de um outro (o filho), e que esse outro lhe faça rever a estrada com ânimo renovado. Quem deseja ansiosamente por um filho parece-me em geral movido por três impulsos combinados em diferentes graus, conforme o caso: continuidade, similaridade e renovação” (Vieira, 2004, pp. 127).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o comportamento de adoção ainda continua nos dias de hoje mesmo com as mudanças que ocorreram desde o ambiente ancestral, em que as pessoas viviam em pequenos grupos e cuidavam de outros indivíduos do grupo quando mantinha fortes laços de parentesco para com eles.

Atualmente, as pessoas manifestam diversas razões para adotar como foi encontrado nos vários processos da vara da infância e da juventude analisados neste estudo, mas esses motivos podem ser reunidos em duas classes maiores: motivos biológicos e motivos sociais.

Além disso, pudemos constatar que as motivações para adotar variam conforme a faixa etária dos requerentes: as pessoas mais jovens adotariam principalmente por motivos biológicos e as mais velhas principalmente por motivos de ordem social. Além disso, percebemos que a escolha da faixa etária da criança desejada estava relacionada também com o motivo manifestado para adotar. Aqueles que escolhiam crianças com mais de 25 meses (adoção tardia) manifestavam mais motivo social, enquanto que aqueles que escolhiam crianças de 0-24 meses estariam motivados por razões biológicas.

Percebemos que a adoção é um tema bastante discutido e ainda cheio de mitos, mas que de qualquer forma é considerado um ato de amor, de desprendimento e aceitação de uma criança (não – parente) como se fosse um filho em sua casa.

O que a Psicologia Evolucionista vem mostrar é que esse ato não seria puramente altruísta, já que se percebe uma motivação mais pessoal, de satisfação de necessidades próprias como o desejo de ter filhos, exercer o papel materno e paterno ou ter uma companhia na velhice. As necessidades emocionais e de sobrevivência da criança não são consideradas de início, como almejado pela sociedade de uma forma geral, o que não impede, no entanto de que depois, nas relações de convivência e de afeto, elas venham a ser atendidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, L. G., Santana, L. F., Navarro, P. A. A. S., Reis, R. M., Ferriani, R. A., & Moura M. D. (2006). A taxa de gestação em mulheres submetidas a técnicas de reprodução assistida é menor a partir dos 30 anos. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, **28** (1), 32-37.
- Alcock, J. (2001). **Animal Behavior: an Evolutionary Approach**. Sunderland: Sinauer.
- Barrett, L., Dunbar, R., & Lycett, J. (2001). **Human Evolutionary Psychology**. London: Palgrave Macmillan.
- Bateson, P. (1994). The dynamics of parental-offspring relationships in mammals. **Trends in Ecology e Evolution**, **9**, 399-403.
- Bowlby, J. (1979). **Formação e rompimento de laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes.
- Brakman, S-V., & Scholz, S. J. (2006). Adoption , ART, and a re-conception of the maternal body: Toward embodied maternity. **Hypatia**, **21**(1), 54-73.
- Bridges, S. K. (2005). A constructivist approach to infertility: loss and meaning reconstruction. **Contemporary Sexuality**. **39**(12), 10-13.
- Bussab, V. S. (1998). Uma abordagem psicoetológica do comportamento materno. In M. J. R. Paranhos da Costa & V. U. Cromberg (Orgs.), **Comportamento Materno em Mamíferos: bases teóricas e aplicações aos ruminantes domésticos** (pp.17-30). Jaboticabal – SP: Brasil.
- Bussab, V. S. (2005). A complexidade da vinculação afetiva humana: reflexões sobre a contribuição da etologia. In A. Garcia, R. S. Tokumar & E. Borloti (Orgs.) **Etologia: Uma perspectiva histórica e tendências contemporâneas** (pp. 73-85). Vitória: Multiplicidade.
- Camargo, M. L. (2006). **Adoção Tardia: mitos, medos e expectativas**. Bauru: Edusc.
- Campolim, S., & Rahra, A. (2006). Adiado perigosamente a gravidez. **Scientific American Brasil**, **1**, 32-35.
- Clutton-Brock, T. H. (1991). **The Evolution of Parental Care**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

- Daly, M., & Wilson, M. (1998). **The Truth about Cinderella – a darwinian view of parental love**. New Haven: Yale University Press.
- Davies, A., Blakeley, A. G. H., & Kidd, C. (2002). **Fisiologia Humana**. Porto Alegre: Artmed.
- De Casper, A. H., & Fifer, W. P. (1980). Of human bonding: newborns prefer their mother`s voice. **Science**, **208**, 1174-1176.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção Tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, **14**, 73-80.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990. Conselho Municipal da Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente. **Brasil**: Autor.
- Executive summary: Stages of Reproductive Aging Workshop ( STRAW) Park City, Utah, July (2001). Menopause: **The Journal of The North American Menopause Society**, **8**(6), 402-407.
- Field, T., Cohen, D., Garcia, R., & Greenberg, R. (1984). Mother-strange face discrimination by the newborn. **Infant Behavior Development**, **7**, 19-25.
- Fu I, L., & Matarazzo, E. B. (2001). Prevalência de Adoção intra e extrafamiliar em amostras clínica e não-clínica de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, **23**, 149-155.
- Furlow, F. B. (1997). Human neonatal cry as an honest signal of fitness. **Evolution and Human Behavior**, **18**, 175-193.
- Ginsburg, J. (1991). What determines the age of menopause? **British Medical Journal**, **302**,1288-1289.
- Gould, S. J. (1987). **Darwin e os grandes enigmas da vida**. São Paulo: Martins Fontes.
- Hawkes, K., O`Connel, J. F., Blurton Jones, N. G., Alvarez, H., & Charnov , E. L. (1998). Grandmothering, menopause, and the evolution of human life histories. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, **95**, 1336-1339.
- Hrdy, S. B. (2001). **Mãe Natureza: uma visão feminina da evolução: Maternidade, filhos e seleção Natural** (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Campus.

- Jojima, A. R. (1991). Os limites da adotabilidade de crianças no Brasil. In F. Freire (Org.) **Abandono e adoção I**. Curitiba: Terre des Hommes.
- Judd, H. L., & Fournett, N. (1994). Changes of ovarian hormonal function with ageing. **Experimental Gerontology**, **29**, 285-298.
- Kolliker, M., & Richner, H. (2001). Parent-offspring conflict and the genetics of offspring solicitation and parental response. **Animal Behavior**, **62**, 395-407.
- Levy, M. S. F., & Molêdo, R. A. (1972). Mudança na fertilidade: comparação de 3 cortes de idade. **Revista de Saúde Pública**, **6** (3), 293-299.
- Liberati, W. D. (2004). **Adoção - Adoção internacional**. São Paulo: Malheiros.
- Liberati, W. D. (2006). **Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Rideel.
- Mckinlay, S., Jefferys, M., & Thompson, B. (1972). An investigation of the age at menopause. **Journal of Biosocial Science**, **4**, 161-173.
- Nesse, R. M., & Williams, G. C. (1997). **Por que adoecemos – a nova ciência da medicina darwinista**. Rio de Janeiro: Campus.
- Novo Código Civil (2006). **Exposição de Motivos e Texto Sancionado, Lei 10.406/2002**. Brasília: Autor.
- Pedro, A. O., Pinto Neto, A. M., Paiva, L. H. S. C., Osis, M. J. E., & Hardy, E. (2003). Idade da Ocorrência da menopausa natural em mulheres brasileiras: resultados de um inquérito populacional domiciliar. **Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro**, **19**(1), 17-25.
- Pereira, T. S. (1992). **Estatuto da Criança e do Adolescente: lei 8.069/90: Estudos Sócio-jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar.
- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2003). Reflexão Social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. **Estudos de Psicologia**, **8**(1), 25-36.
- Schaal, B.;Montagner, H.; Hertling, E.; Bolsoni, D.; Moyse, A.; Quichon, A. (1980). Les stimulations olfactives dans les relations entre l'enfant et la mère. **Reproduction, Nutrition and Development**, **20**, 843-858.
- Schettini, L. F. (1998). **Compreendendo os pais adotivos**. Recife: Bagaço.
- Seidl de Moura, M. L., & Ribas, A. F. P. (2004). Evidências sobre características de bebês recém-nascidos: um convite a reflexões teóricas. In M. L. Seidl de Moura

- (Org.) **O Bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento** (21-59). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sherwin, S. (1992). **No longer patient: Feminist ethics and health care**. Philadelphia: Temple University Press.
- Steeff, J. W. V., Steures, P., Hompes, P. G. A., Eijkeman, M. J. C., Veen, F. van der, & Mol, W. J. (2005). Investigation of the infertile couple: a basic fertility work-up performed within 12 months of trying to conceive generates costs and complications for no particular benefit. **Human Reproduction**, **20**(10), 2672-2674.
- Tokumar, R. S. (1998). Bases Evolutivas do Comportamento Materno. In M. J. R. Paranhos da Costa & V. U. Cromberg (Orgs.), **Comportamento Materno em Mamíferos: bases teóricas e aplicações aos ruminantes domésticos** (pp.9-16). Jaboticabal – SP: Brasil.
- Tokumar, R. S., & Bergamim, M. P. (2005). Uma abordagem evolucionista das relações pais-filhos e padrastos-enteados. In A. Garcia (Org.) **Relacionamento interpessoal: Olhares diversos** (pp. 29-40). Vitória: GM Gráfica e Editora.
- Trivers, R. L. (1972). Parental investment and sexual selection. In B. Campbell (Org.), **Sexual Selection and the Descent of Man** (pp. 136-179). Chicago: Aldine Press.
- Trivers, R. L. (1974). Parent- Offspring Conflict. **American Zoologist**, **14**, 249-264.
- Tullberg, B. S., & Lummaa, V. (2001). Induced abortion ratio in modern Sweden falls with age, but rises again before menopause. **Evolution and Human Behavior**, **22**, 1-10.
- Turke, P. W. (1997) Hypothesis: Menopause discourages infanticide and encourages continued investment by agnates. **Evolution and Human Behavior** **18**, 3-13.
- Vieira, J. M. (2004). **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias**. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Vieira, M. L. & Prado, A. B. (2004). Abordagem Evolucionista sobre a relação entre filogênese e ontogênese no desenvolvimento infantil. In M. L. Seidl de Moura (Org.) **O Bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento** (21-59). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Weber, L. D. (1996). Famílias Adotivas e Mitos sobre Laços de Sangue. Disponível em <http://lidiaw.sites.uol.com.br/mitossangue.htm>. Consulta realizada em 10 de agosto de 2006.
- Weber, L. D. (1998). O Filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. **Direito de Família e Ciências Humanas - Caderno de Estudos**, **2**, 119-152.
- Weber, L. D. (1999). **Aspectos Psicológicos da Adoção**. Curitiba: Juruá.
- Williams, G. C. (1957) Pleiotropy, natural selection, and the evolution senescence. **Evolution**, **11**, 32-39.